

# **Desenvolvimento humano da população negra do Brasil: um enfoque comparativo com os países africanos**

Marcelo Paixão <sup>1</sup>

Professor do IE/UFRJ e doutorando em sociologia no IUPERJ.

## **Introdução**

Nos anos 90, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu e aperfeiçoou uma nova metodologia de mensuração do bem-estar das populações de 174 países de todo o Mundo. Esta instituição passou a adotar um indicador sintético chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é formado pela combinação dos indicadores econômicos, educacionais e de longevidade de cada país e passou a ser usado com grande frequência como um indicador das condições de vida de um povo. A partir do cálculo do IDH, o PNUD classifica os países dentro de uma tabela envolvendo todos eles. Assim, as nações que somam um IDH maior que 0,800 são classificadas como países de IDH alto, as que ficam entre 0,500 e 0,799 como países de IDH médio e as que ficam abaixo de 0,500 como de IDH baixo.

O IDH também tem sido usado como medida de aferição dos graus de desigualdade entre grupos internos às populações dos distintos países. Em 1993, o PNUD publicou no *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* as disparidades entre os IDHs das populações branca, negra e hispânica dos EUA. Naquela publicação, via-se que os brancos norte-americanos, caso postos na tabela que agrupa os IDHs dos diversos países, ocuparia o primeiro lugar do Mundo, os negros o trigésimo primeiro posto (31º) e os hispânicos o trigésimo quinto (35º) (PNUD, 1993:20).

Akder (1994), por sua vez, escreveu um importante trabalho para o PNUD abordando um amplo conjunto de estudos que haviam utilizado este indicador sintético de forma desagregada em dezesseis (16) países do Mundo. Neste trabalho, este pesquisador levantou pesquisas que utilizaram de forma desagregada o IDH para grupos étnicos da Malásia (malaios, chineses e indianos), Gabão (etnias Fang, Nzabi-Duma e Shira-Panu) e Trinidad & Tobago (afrodescendentes, indígenas e outros).

Em 1994, o *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* do PNUD publicou um estudo feito para a África do Sul desagregando o IDH para as etnias deste país. De acordo com o trabalho, os brancos teriam um IDH igual a 0,878 (alto desenvolvimento humano, 24º na tabela de classificação entre os países), ao passo que os negros teriam um IDH baixo com um valor de somente 0,462 (baixo desenvolvimento humano, 123º na tabela de classificação entre os países).

Estes estudos tiveram um impacto bastante forte nos países onde foram feitos. De acordo com o PNUD, a desagregação apresentada no *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* de 1993 (internacional), focalizando as diferenças nas condições de vida de negros, hispânicos e brancos nos Estados Unidos, por exemplo, deflagrou um grande debate sobre as políticas sociais naquele país (PNUD, 1994). No *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* de 1993, vê-se que, na Malásia, a política de ação afirmativa voltada para o grupo

malaio durante os anos 70 e 80 permitiu que o IDH deste grupo tivesse uma velocidade maior que a elevação do IDH dos sino-descendentes (que, então, gozavam de um IDH bem maior) desta nação, durante o mesmo período. Neste caso, o estudo do IDH de forma desagregada não foi um elemento de transformação, mas de confirmação dos acertos de uma determinada política que objetivava justamente reduzir disparidades sociais entre distintas etnias (PNUD, 1993).

Deste modo, o PNUD, ao menos nos *Relatórios de Desenvolvimento Humano*, não deixa dúvidas quanto às possibilidades e necessidade de construção dos IDHs desagregados por grupos internos à população, incluindo as distintas etnias, sendo o principal problema neste sentido tão somente a existência de dados confiáveis desagregados para os respectivos agrupamentos. Uma vez tendo sido superado este problema, o PNUD aponta que o processo de construção do IDH desagregado se utiliza de “datos de sus componentes relativos a cada uno de los grupos en los que se desagrega el IDH y se trata cada grupo como se fuera un país separado. La metodología es exactamente la misma que se utiliza para los IDH nacionales” (PNUD, 1993:118).

No Brasil, as desagregações feitas do IDH por etnias são mais recentes e não foram desenvolvidas enquanto dados oficiais. Tanto Sant’anna e Paixão (1997), como Paixão (2000) realizaram suas pesquisas dentro dos marcos institucionais da FASE, uma Organização Não-Governamental (ONG). Não obstante, ambos os trabalhos tiveram bastante impacto em termos da opinião pública e na imprensa, servindo como um importante referencial no debate sobre as condições de vida da população afrodescendente e das desigualdades raciais no Brasil.

Em relação aos dois trabalhos mencionados sobre o IDH dos negros no Brasil, verificamos que um dos aspectos que mais foram destacados pela mídia brasileira foi, justamente, o fato de que o IDH da população negra no Brasil estaria no mesmo nível que dos países africanos. Assim, a manchete da Folha de São Paulo do dia 2 de junho de 1997 era “*Negro vive como no Zimbábue, diz estudo*”, a matéria da Revista Veja ano 33, n.º 29, publicada no ano 2000, era “*Estudo mostra que condição de vida dos negros do Nordeste é igual a dos africanos*” e a edição de O Globo de 10 de outubro de 2000 também não deixou de dar destaque aos dados do estudo de Paixão (2000) no que tange ao fato do IDH dos negros e mestiços no Brasil serem abaixo do IDH da África do Sul.

Esta associação tão destacada pela mídia traz um paradoxo em relação ao estigma que persegue a população negra de todo o Mundo. De um lado, ela pode vir a reforçar antigos preconceitos contra aos países africanos, tradicionalmente vistos como subdesenvolvidos crônicos. Por outro lado, tal estigma também pode deixar transparecer o próprio sentido da afrodescendência hoje em todo o Mundo: estejam onde estiverem, os seres humanos de peles negras, no seu conjunto, vivem a mesma realidade de perseguição, exclusão e violência. Voltaremos, de todo modo, a esta questão na conclusão de nosso trabalho.

Sem embargo, o objetivo do presente texto é razoavelmente modesto. Suscitados pelo próprio destaque conferido pela mídia e pelo conjunto da sociedade a esta associação, pretendemos justamente fazer uma leitura do IDH da população afrodescendente no Brasil a partir de uma comparação com o IDH dos países africanos. Acreditamos que, através

deste exercício metodológico, estaremos em condição de precisarmos o grau de veracidade da afirmação de que o IDH dos negros no Brasil é, ou seria, comparável com o IDH dos países mais pobres da África.

Visando cumprir este objetivo, nosso estudo terá mais três partes, além desta apresentação. Na segunda parte, vamos apontar os principais resultados do estudo feito por Paixão (2000), que recentemente desagregou o IDH por etnias no Brasil e suas Grandes Regiões. Na terceira parte, fazemos uma avaliação do IDH do conjunto dos países africanos. Na quarta parte, conclusiva, tecemos algumas considerações sobre as distâncias que separam o IDH dos afrodescendentes brasileiros, tanto de seus compatriotas brancos, como do IDH do conjunto das populações africanas.

Por fim, à guisa de um esclarecimento metodológico inicial, vale lembrar que os dados que estão sendo analisados neste estudo, tanto para os negros no Brasil como para os países africanos, são referentes ao ano de 1998. Foram justamente estes indicadores que serviram de suporte para a elaboração do *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* do PNUD, no ano 2000.

### **IDH dos negros do Brasil e das grandes regiões brasileiras**

No Brasil, a iniciativa pioneira de estudos visando relacionar o IDH com a questão das desigualdades raciais no Brasil partiu de Sant'anna e Paixão (1997). De acordo com este trabalho, o IDH da população afrodescendente no Brasil variava entre 0,575 e 0,609. Cabe apontar que esta variação foi decorrente do aporte metodológico utilizado no estudo que incorporou dois possíveis cenários – otimista e pessimista – para a elaboração do IDH afrobrasileiro. Em ambos os cenários, o IDH deste grupo da população podia ser considerado como médio, variando, apenas, a colocação na tabela de classificação entre os países. No primeiro resultado, a população de origem africana no Brasil ficaria na 116ª posição, ao passo que, no segundo, sua posição subiria para 112ª. Em ambos os casos, considerando-se que a posição brasileira na tabela do PNUD naquele momento era a 68ª posição, verificava-se que havia um gritante desnível entre as condições de vida da população afrodescendente brasileira em relação aos outros grupos étnicos, especialmente os brancos.

Mais recentemente, Paixão (2000) aprofundou o estudo realizado em 1997, desta vez calculando o IDH da população afrodescendente e da população branca. Isto foi feito para o Brasil como um todo, para suas Grandes Regiões e para o conjunto dos Estados. Além dos aperfeiçoamentos no campo metodológico, destaca-se o fato de que o IDH, enquanto ferramenta metodológica, continuou demonstrando ser um importante instrumento de compreensão do hiato das desigualdades étnicas no Brasil.

De acordo com Paixão (op cit), a população afrodescendente brasileira possui um IDH igual a 0,680, o que corresponde a um IDH Médio. A classificação da população negra do Brasil, na tabela de classificação do IDH entre as 174 nações do planeta, feita pelo PNUD, seria um modesto 108º lugar, empatado com o Vietnã, logo abaixo da Argélia e logo acima da Indonésia. Também por estes cálculos, a população afrodescendente ficaria uma posição 34 postos abaixo do Brasil.

O IDH da população branca do Brasil era igual a 0,796. Isto implica que a população branca do Brasil igualmente possui um IDH Médio. Entretanto, é forçoso reconhecer que por muito pouco o IDH deste contingente não atingiu o patamar de um IDH elevado (0,800). Tal resultado faz com que a população branca no Brasil ocupe o 48º lugar na tabela de classificação do IDH dos países feito pelo PNUD, abaixo da Costa Rica e acima da Croácia. Comparado ao Brasil, o IDH da população branca fica situado 26 postos acima na tabela do IDH.

Por fim, cabe apontar as diferenças existentes entre os postos ocupados na Tabela do IDH mundial pelas populações branca e afrodescendente do Brasil. Dado os resultados alcançados, este hiato seria de 60 postos de diferença a favor do contingente branco.

Paixão (op cit) também desagregou o IDH por etnias para as Grandes Regiões e Estados do Brasil. Por conta do espaço, abordaremos apenas os dados para as cinco (5) Grandes Regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). O estudo verificou que não existe Região em que o IDH da população afrodescendente ou branca seja baixo, ou antes na maioria das Grandes Regiões, considerando-se ambas as etnias, o IDH apresentasse como médio. Contudo, o fato da esmagadora maioria das Regiões ter ficado com um IDH médio não deve esconder o fato da existência de evidentes desigualdades entre estes dois contingentes étnicos dentro desta faixa. Por este motivo, Paixão (op cit) reagrupou a Regiões (e também os Estados) de IDH médio em quatro (4) blocos, seguindo a tipologia abaixo:

- População com IDH acima de 0,800: Desenvolvimento Humano Alto
- População com IDH entre 0,750 e 0,799: Desenvolvimento Humano Quase-Alto
- População com IDH entre 0,700 e 0,749: Desenvolvimento Humano Médio
- População com IDH entre 0,600 e 0,699: Desenvolvimento Humano Médio-Baixo
- População com IDH entre 0,500 e 0,599: Desenvolvimento Humano Quase-Baixo

Por este critério, verificamos que em três (3) Regiões (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) o contingente branco goza de uma situação de elevado desenvolvimento humano. Em uma Região (Norte, válido somente para as áreas urbanas), a situação desta etnia é de um IDH quase-alto. A população branca fica em uma situação de IDH médio em apenas uma Região

Tabela 1 - Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) da População Afrodescendente no Brasil e Grandes Regiões - 2000

Brasil; Grandes Regiões	IDH	Posição Mundo	Estágio do IDH
Centro-Oeste	0,735	82	Médio
Norte (*)	0,727	89	Médio
Sudeste	0,727	89	Médio
Sul	0,718	94	Médio
Brasil	0,680	108	Médio-baixo
Nordeste	0,615	121	Médio-Baixo

- (\*) inclui somente as áreas urbanas
- Fonte: Paixão (2000)

No caso da população afrodescendente, verificou-se o seguinte quadro. Não existe Região do país em que a esta população tenha um IDH elevado. Em quatro (4) Regiões, o IDH da população afrodescendente apresenta-se como médio (Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte Urbano) os afrodescendentes têm um IDH médio. Vale frisar que, para os brancos, esta última classificação é encontrada apenas no Nordeste, justamente a Região mais pobre do Brasil. Justamente na Região Nordeste que o contingente afrodescendente tem um IDH mais modesto, 0,615, ou seja um estágio de desenvolvimento humano médio-baixo. Vale frisar que nesta Região existem três (3) Estados (Maranhão, Piauí e Alagoas) onde IDH afrodescendente é quase-baixo.

Naturalmente, estas desigualdades poderiam ser lidas sob um aspecto regional. De fato, verifica-se que na Região Nordeste ambos os contingentes étnicos apresentam um IDH mais baixo. Apesar destas evidências, nosso estudo nos leva a crer que o fator regional não é preponderante sobre o fator étnico na construção desta desigualdade. Assim, por exemplo, não existe Região – assim como também não há Estado brasileiro – em que os afrodescendentes tenham um IDH maior que o dos brancos. E isto se repete dentro de cada um dos Índices que compõem o IDH. No mesmo sentido, verificamos que as regiões onde as desigualdades em termos do IDH são maiores – medido em termos da classificação na tabela internacional do Índice do PNUD – são justamente nas regiões Sul (48 postos de diferença a favor dos brancos) e Sudeste (46 postos de diferença a favor dos brancos).

Assim, verificamos que nas Regiões onde o IDH é mais baixo, esta baixa qualidade de vida penaliza de forma mais drástica os afrodescendentes, ao passo que nas Regiões mais desenvolvidas do Brasil, os benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento tenderam a ser mais favoráveis ao contingente branco.

### **Indicadores de desenvolvimento dos países africanos**

Falar sobre a história social, política e econômica da África no período moderno é sinônimo de falar de um grande massacre. Até hoje este Continente se ressentia dos últimos 500 anos de espoliação colonial e imperialista, da hedionda herança do tráfico de escravos, das ideologias racistas derivadas do evolucionismo e de todas as sangrentas guerras de libertação nacional e as posteriores guerras civis que ocorreram ao longo do século XX.

Visto sob a ótica do mundo contemporâneo, percebemos que, à despeito das opiniões mais otimistas quanto ao futuro das sociedades mundiais após a guerra fria, a globalização da economia não tem se traduzido em melhoria das condições de vida das populações africanas. Em 1985, o Continente africano recebia 4% do fluxo de investimentos diretos estrangeiros líquido de todo o Mundo. Em 1997, este percentual caiu para somente 2%. Do ponto de vista do volume de investimentos, medido em U\$ norte-americanos, houve um crescimento de 244% no total das inversões, contudo este crescimento ficou bem abaixo do crescimento verificado nos países de alto desenvolvimento humano (500%) e médio desenvolvimento humano (1.129%). Do ponto de vista da participação nas importações e exportações mundiais, medida em U\$ norte-americano, o continente africano também participa com o mesmo percentual de 2% (PNUD, 1999). O número de linhas telefônicas na

África igualmente representa apenas 2% do total de linhas em todo o Mundo e estudos indicam que há mais servidores de acesso à rede *internet* de computadores em Nova York do que em todo o Continente africano (Folha de São Paulo, 23/6/2000).

Esta situação de marginalização do Continente africano do ponto de vista econômico e comercial infelizmente se reflete nos indicadores sociais do Continente no seu conjunto. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, no final dos anos 90, os países africanos abrigavam mais de 23 milhões de seres humanos portadores do vírus da AIDS. Este número representa mais de 70% da população mundial contaminada por esta doença. De acordo com dados do PNUD, 50% da população da África Subsaariana não conta com o acesso a serviços de saúde e a relação entre um médico e a população na mesma região chega a absurda proporção de um para 18 mil pessoas (PNUD, 1997).

Entre 1980 e 1997 a produção de alimento *per capita* na África Subsaariana havia declinado 3%. À guisa de comparação a produção de alimentos neste período cresceu 22% em todo o planeta. Não por coincidência, crises de fome se repetiram constantemente no Continente durante toda a década (PNUD, 1997).

Por fim, a estagnação econômica, os interesses comerciais das elites locais e companhias estrangeiras e os conflitos étnicos acabaram fazendo com que a África nos anos 90 presenciasse verdadeiros campos de batalha. Estima-se que o conflito civil de Ruanda tenha ceifado a vida de mais de um milhão de pessoas. No Congo as estimativas são de que este número chegue a 1,7 milhões de seres humanos. Além destes conflitos, outros genocídios foram cometidos durante esta década, pelo menos, na Somália, na Libéria e em Angola.

Em meio a um cenário tão pouco promissor não surpreende que o IDH das populações africanas seja bastante modesto. Dos cinquenta e um (51) países africanos incluídos nos *Relatórios Anuais Sobre Desenvolvimento Humano*, vinte e nove (29), ou seja 56%, apresentam um IDH baixo. Outras doze (12) nações, 23%, apresentam um IDH quase-baixo e outras seis (6), 12%, apresentam um IDH médio-baixo. Somente quatro países africanos (Seychelles, Maurício, Líbia e Tunísia) apresentam um IDH médio e quase-alto. Digno de nota é também o fato de que simplesmente inexistam países africanos que apresentem um IDH alto. Entre os 174 países listados nas tabelas do PNUD no ano de 2000, as últimas vinte e quatro (24) posições eram ocupadas por países africanos.

Tabela 2 - Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Países Africanos - 2000

<b>País Africano</b>	<b>IDH</b>	<b>Posição</b>	<b>Estágio do IDH</b>
1. Ilhas Seychelles	0,786	53	Quase-Alto
2. Ilhas Maurício	0,761	71	Quase-Alto
3. Líbia	0,760	72	Quase-Alto
4. Tunísia	0,703	101	Médio
5. África do Sul	0,697	103	Médio-Baixo
6. Cabo Verde	0,688	105	Médio-Baixo
7. Argélia	0,683	107	Médio-Baixo
8. Suazilândia	0,655	112	Médio-Baixo
9. Namíbia	0,632	115	Médio-Baixo
10. Egito	0,623	119	Médio-Baixo
11. Botsuana	0,593	122	Quase-Baixo
12. Gabão	0,592	123	Quase-Baixo
13. Marrocos	0,589	124	Quase-Baixo
14. Lesoto	0,569	127	Quase-Baixo
15. Gana	0,556	129	Quase-Baixo
16. Zimbábue	0,555	130	Quase-Baixo
17. Guiné Equatorial	0,555	131	Quase-Baixo
18. São Tomé e Príncipe	0,547	133	Quase-Baixo
19. Camarões	0,528	134	Quase-Baixo
20. Ilhas Comores	0,510	137	Quase-Baixo
21. Quênia	0,508	138	Quase-Baixo
22. Congo	0,507	139	Quase-Baixo
23. Madagascar	0,483	141	Baixo
24. Sudão	0,477	143	Baixo
25. Togo	0,471	145	Baixo
26. Mauritânia	0,451	147	Baixo
27. Djibuti	0,447	149	Baixo
28. Nigéria	0,439	151	Baixo
29. Congo (ex-Zaire)	0,430	152	Baixo
30. Zâmbia	0,420	153	Baixo
31. Costa do Marfim	0,420	154	Baixo
32. Senegal	0,416	155	Baixo
33. Tanzânia	0,415	156	Baixo
34. Benin	0,411	157	Baixo
35. Uganda	0,409	158	Baixo
36. Eritreia	0,408	159	Baixo
37. Angola	0,405	160	Baixo
38. Gâmbia	0,396	161	Baixo
39. Guiné	0,394	162	Baixo
40. Malauí	0,385	163	Baixo
41. Ruanda	0,382	164	Baixo
42. Mali	0,380	165	Baixo
43. Rep. Centro-Africana	0,371	166	Baixo
44. Chade	0,367	167	Baixo
45. Moçambique	0,341	168	Baixo
46. Guiné-Bissau	0,331	169	Baixo
47. Burundi	0,321	170	Baixo
48. Etiópia	0,309	171	Baixo
49. Burkina-Fasso	0,303	172	Baixo
50. Níger	0,293	173	Baixo
51. Serra Leoa	0,252	174	Baixo

• Fonte: PNUD (2000)

ade da  
de um

grupo populacional específico – no caso, do Brasil – e o conjunto dos países africanos. Contudo, para além da pura e simples comparação direta e estática entre um contingente populacional e outro, vamos ver na próxima parte deste estudo que outras conclusões, igualmente desapontadoras, podem ser derivadas destas análises.

### **Depois dos navios negreiros, outras correntezas?**

Através da comparação dos dados das Tabelas 1 e 2, nós podemos tecer algumas considerações sobre o IDH da população afrobrasileira e o IDH da população dos países africanos.

Em primeiro lugar, nós fizemos uma média simples do IDH dos países africanos, ou seja somamos os valores atingidos pelo IDH de cada país africano e dividimos pelo número de países contidos na tabela 2 (cinquenta e uma nações). O resultado é que o IDH médio dos países africanos é igual a 0,489, ou seja um IDH baixo, na 140ª colocação na tabela de classificação dos 174 países feitas pelo PNUD. Apesar da simplicidade deste procedimento metodológico, ele demonstrou um bom grau de veracidade, pois o país que apresenta um IDH próximo deste valor é o Laos, país da Ásia que ocupa justamente a 140ª posição.

Uma segunda percepção diz respeito às distâncias que separam o IDH dos negros brasileiros do IDH do conjunto dos países africanos. Vemos que o IDH dos negros no Brasil (0,680; 108ª posição) apresenta-se razoavelmente superior ao IDH médio dos países da África (0,489, 140ª ), posto que as diferenças de colocação entre o IDH dos negros brasileiros e a média dos países africanos é de 32 postos.

Quando observado à nível de cada Região Geográfica do Brasil, verifica-se que existem diferenças separando o IDH dos afrodescendentes brasileiros de cada uma destas Regiões do IDH médio do continente africano. A maior diferença se dá na Região Centro-Oeste, onde os negros possuem um diferencial de 58 postos a mais em relação à média dos países da África. Os negros da Região Norte Urbano e do Sudeste possuem uma vantagem de 51 colocações e os do Sul de 46 colocações. Por fim, no caso do Nordeste, o IDH dos negros não está em média tão distante do IDH médio dos países africanos, dado que estas diferenças caem para apenas 19 posições a favor dos afrodescendentes do Nordeste.

A terceira questão a ser colocada diz respeito a posição ocupada pelos afrodescendentes brasileiros dentro da tabela de classificação do IDH dos países africanos que, tal como visto na tabela 2, agrupa cinquenta e uma nações. Neste caso, os negros de nosso país ficariam localizados na sétima posição abaixo de Seychelles, Maurício, Líbia, Tunísia, Cabo Verde e Argélia e logo acima da Suazilândia, da Namíbia e do Egito. Em relação ao IDH dos afrodescendentes das cinco Regiões geográficas do Brasil, vis a vis à tabela do IDH dos países africanos, observamos que os negros do Norte Urbano, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – não obstante os diferentes valores de seus respectivos IDHs – ficariam todos na quarta posição, logo abaixo da Líbia. Já os negros da Região Nordeste estariam localizados na décima posição, abaixo do Egito e logo acima da Namíbia.



Tendo em vista estas posições, percebemos que não seria lícita a afirmação que os negros do Brasil e de suas Grandes Regiões teriam um IDH compatível com os países mais pobres da África. Como vimos, a grande maioria dos países africanos possui um IDH baixo e esta situação não verifica para os afrobrasileiros em nenhuma Região geográfica de nosso país, mesmo para a região Nordeste onde o IDH dos negros é médio-baixo.

Tal constatação, porém, não pode ser plenamente compreendida sem que levemos em consideração dois fatos. O primeiro fato, é que as comparações que estão sendo feitas relacionam populações que passaram por situações históricas completamente distintas. Os negros brasileiros vivem em um país que, afinal de contas, é uma das principais economias do Mundo, tendo passado o último século praticamente livre de grandes comoções sociais e naturais. Já os países africanos, em sua maioria, passaram o último século envoltos em uma série de conflitos e catástrofes sociais e naturais. Isto faz com que o padrão de comparação entre os IDHs destas distintas populações tenha se dado associando-se contingentes que atravessaram momentos muito distintos ao longo de sua história relativamente recente.

O segundo fato é que, não obstante estas diferenças, a posição ocupada pelos negros brasileiros dentro da tabela de classificação do IDH dos países africanos não é de liderança posto que, como vimos, estes ocupariam um, certamente, modesto sétimo lugar. Mesmo os negros das Regiões mais desenvolvidas do Brasil, como, por exemplo, das Regiões Sudeste e Sul não escapariam de um simplório quarto lugar. Em relação a este aspecto, um outro ponto também deve ser destacado. Em termos do IDH, os negros brasileiros no seu conjunto ficam em uma posição cinco postos abaixo da África do Sul, país que até bem pouco tempo vivia sob o tacho do regime segregacionista do *apartheid*. Mesmo sabendo-se que em 1994, quando foi feita esta desagregação por etnia, os negros da África do Sul ocupavam a 123ª colocação em termos do IDH, voltamos a frisar que, ainda assim, esta posição não está muito distante da posição atual dos negros brasileiros e isto não deixa de ser extremamente constrangedor: afinal de contas, se no sistema então em vigor na África do Sul, os negros estavam praticamente confinados aos Bantustões, no Brasil – país da democracia racial – os negros não deveriam apresentar, a princípio, motivos para ter uma qualidade de vida, medida em termos do IDH, tão medíocre.

A comparação entre o IDH dos negros no Brasil com o IDH dos países africanos não ficaria completa sem que fizéssemos uma última relação. Trata-se de analisar a relação existente entre o IDH dos afrodescendentes brasileiros e o IDH dos países africanos à luz da distância que separa os estágios de desenvolvimento humano de negros e brancos no próprio Brasil. Por razões de espaço, vamos fazer esta relação através do IDH médio dos países africanos, tal como vimos acima.

No plano das cinco Grandes Regiões, verificamos o seguinte quadro. Em duas Regiões, Centro-Oeste e Norte Urbano, as diferenças entre a posição ocupada na tabela do IDH por negros e brancos no Brasil, respectivamente 38 e 32 posições a favor dos brancos, é bem menor do que a diferença do IDH entre os afrobrasileiros e a média dos países africanos, respectivamente 58 e 51 posições a favor dos afrobrasileiros. Em outras duas Regiões, Sudeste e Sul, as diferenças entre os negros e brancos brasileiros, respectivamente 46 e 48 colocações a favor dos brancos, não são muito distantes das diferenças entre as posições ocupadas pelos negros brasileiros e os africanos no seu conjunto, respectivamente 51 e 46 colocações a favor dos afrobrasileiros. Por fim, na Região Nordeste a diferença em termos

do IDH dos brancos e negros brasileiros, 26 colocações a favor dos brancos, apresenta-se razoavelmente superior à diferença que separa afrobrasileiros e a população africana, 19 postos a favor dos primeiros.

Quando verificado à nível de Brasil, as diferenças em termos da colocação na tabela do IDH entre os negros brasileiros e seus compatriotas brancos apresenta-se bastante acentuada, chegando a 60 posições à favor dos brancos. Já a diferença entre os negros brasileiros e a população africana chega a 32 postos a favor dos afrobrasileiros. Ou seja, apesar do IDH dos negros brasileiros ser significativamente superior ao IDH da maioria dos países africanos, esta diferença é menor do que a distância que separa o IDH de brancos e negros dentro do próprio país. Talvez seja esta a constatação mais relevante deste trabalho.

Para concluir, acreditamos ser muito importante retomar uma questão iniciada na introdução de nosso trabalho sobre a pertinência da comparação do IDH afrobrasileiro com o IDH das nações africanas. O presente estudo buscou fundar-se menos em um estigma – dito de modo popular, não quisemos fazer um texto que comparasse a situação dos negros com um virtual “fundo do poço” – e mais em duas percepções.

Em primeiro lugar, pareceu bastante razoável refletir comparativamente sobre as condições dos que partiram – à força – e os que ficaram no velho continente africano e ver o quão próximo ou distante se apresentam a qualidade de suas vidas, já passadas algumas décadas – isto mesmo, algumas décadas! – desde que os últimos tumbeiros deixaram de realizar a sua triste missão pelos mares deste nosso Mundo triste. Em segundo lugar, acreditamos que a partir deste tipo de análise poderemos dar passos, não obstante modestos, para uma reflexão mais plena do próprio significado de afrodescendência. Enfim, a resultante de séculos – virtualmente tão iluminados – de absolutas trevas para os que cometeram, e ainda ousam cometer, o supremo pecado de portar insolentes pelas negras afagando as próprias carcaças.

#### **Bibliografia:**

- AKDER, A, HALIS (1994): “A Means to Closing Gaps: Disaggregated Human Development Index”. *Ocasional Paper n°18*. (coletado no *site* do UNDP/PNUD - <http://www.undp.org/hdro> - em 4/2/2000) (9 p.).  
*Folha de São Paulo* (2/6/1997 e 23/6/2000).  
*O Globo* (10/10/2000)
- PAIXÃO, MARCELO (2000): “Desenvolvimento Humano e Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século”. *Proposta*, n° 86, Rio de Janeiro, FASE (no prelo).
- PNUD (1999): *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Trinova Editora.
- (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Trinova Editora.
- (1994): *Informe Sobre Desarrollo Humano*. México, Fondo de Cultura Económica.
- (1993): *Informe Sobre Desarrollo Humano*. Madrid, CIDEAL.
- SANT’ANNA, WÂNIA E PAIXÃO, MARCELO (1997): “Desenvolvimento Humano e população Afrodescendente no Brasil: uma questão de raça”. *Proposta*, n° 73, junho/agosto 97. Rio de Janeiro, FASE (p.p. 38-41).
- Veja* (2000) ano 33, n.º 29.

## **Nota Bibliográfica:**

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida junto à FASE, tendo contado com recursos da Fundação Ford e Terre des Hommes - France. Os dados contidos neste estudo para a população negra foram gerados, a partir da base de dados da PNAD 1997 e 1998, por Luis Marcelo Carvano. As informações sobre a esperança de vida foram produzidas por Juarez de Castro Oliveira (DEPIS/IBGE).